

Artigo / Dossiê Migrações, exílios e diásporas: o mundo em movimento no século XIX

Imigração espanhola para a Amazônia: Fluxo e perfil a partir da análise comparativa com a portuguesa (Pará, 1896-1899)

Cristina Donza Cancela, *Universidade Federal do Pará* ✉  

Palavras-chave:

imigração
espanhola;
Amazônia
paraense; século
XIX

Resumo. O artigo analisa a imigração espanhola para a Amazônia Paraense, no período de 1896 a 1899, anos que correspondem ao início e ao fim da entrada desses imigrantes no âmbito da política de subsídio do governo local, voltada à contratação de famílias para trabalhar na lavoura, por negociantes particulares. Uma imigração direcionada para a formação de núcleos coloniais e desenvolvimento agrícola, ancorada no discurso racializado e colonial de valorização do imigrante europeu em detrimento da população nacional. O objetivo é discutir a imigração espanhola a partir do fluxo, razão de sexo, idade, casamento e trabalho em uma perspectiva de gênero, comparando-a com a imigração portuguesa, a fim de observar aproximações e diferenças entre os dois maiores fluxos migratórios europeus para o estado. O corpo documental principal da análise concentrou-se nas listas de embarque de passageiros nos navios, passaportes, registros civis de casamento e censos demográficos.

Keywords:

spanish
immigration;
Pará Amazon;
19th century

[EN] Spanish immigration to the Amazon: Flow and profile based on the comparative analysis with the Portuguese (Pará, 1896-1899)

Abstract. The article analyzes Spanish immigration to the Pará region of the Amazon between 1896 and 1899, years corresponding to the beginning and end of the arrival of these immigrants under the local government's subsidy policy aimed at hiring families to work in farming, through private merchants. This immigration was directed toward the formation of colonial settlements and agricultural development, anchored in the racialized and colonial discourse valuing European immigrants over the national population. The aim is to discuss Spanish immigration based on flows, sex, age, marriage, and work from a gender perspective, comparing it with Portuguese immigration to observe similarities and differences between the two largest European migratory flows to the state. The main documentary body of the analysis focused on passenger ship lists, passports, civil marriage records, and demographic censuses.

Palabras clave

inmigración
española;
Amazonía
paraense; siglo
XIX

[ES] Inmigración española a la Amazonía: Flujo y perfil a partir del análisis comparativo con la portuguesa (Pará, 1896-1899)

Resumen. El artículo analiza la inmigración española a la Amazonía Paraense, en el período de 1896 a 1899, años que corresponden al inicio y al fin de la entrada de estos inmigrantes en el marco de la política de subsidio del gobierno local, orientada a la contratación de familias para trabajar en la agricultura, por comerciantes particulares. Una inmigración dirigida a la formación de núcleos coloniales y al desarrollo agrícola, anclada en el discurso racializado y colonial de valorización del inmigrante europeo en detrimento de la población nacional. El objetivo es discutir la inmigración española a partir del flujo, razón de sexo, edad,

matrimonio y trabajo desde una perspectiva de género, comparándola con la inmigración portuguesa, a fin de observar aproximaciones y diferencias entre los dos mayores flujos migratorios europeos hacia el estado. El cuerpo documental principal del análisis se concentró en las listas de embarque de pasajeros en los barcos, pasaportes, registros civiles de matrimonio y censos demográficos.

Introdução

A história das migrações transoceânicas em massa, que ocorreram no final do século XIX e no início do XX, particularmente entre as populações do sul europeu para a América, com destaque para os Estados Unidos, Argentina e Brasil, esteve associada às mudanças no processo de consolidação do capitalismo moderno, à industrialização e à tentativa dos/das trabalhadores/das de fugirem à proletarização, tendo como consequência, até o ano de 1900, o deslocamento de cerca de 12% da população europeia (Massey, 1988). No que diz respeito às nacionalidades, que serão objeto deste trabalho, esse processo não foi diferente. A emigração espanhola chegou a 23% do total da população daquele país, enquanto a portuguesa atingiu 30% (Massey, 1988, p. 5).

Comumente, a despeito desses deslocamentos globais e da chegada de imigrantes de diversas nacionalidades aos países de destino, os estudos acadêmicos costumam analisar, separadamente, os grupos nacionais, sem uma abordagem comparativa mais abrangente que permita descortinar aspectos comuns da experiência migratória para além das diferenças étnicas (Truzzi, 2005) ou, mesmo, especificidades, que vêm à tona quando se comparam imigrantes de diferentes nacionalidades. Com essa perspectiva, proponho-me a discutir a imigração espanhola para a Amazônia paraense, comparando-a à portuguesa. A escolha dessas duas nacionalidades justifica-se por representarem os dois maiores fluxos registrados para o estado do Pará, no final do século XIX e início do XX, estimulados pela liquidez da economia da borracha. Realizarei o que Nancy Green chamou de modelo comparativo convergente, que se pauta no país de fixação dos imigrantes, comparando a experiência de grupos nacionais distintos em uma mesma localidade (Green, 1990, p. 147).

Contudo, se a abordagem comparativa convergente permite perceber as aproximações e as diferenças da migração de distintos grupos nacionais, bem como realizar um estudo transnacional mais abrangente e dinâmico ao ampliar o foco para além de uma única etnicidade, essa análise precisa estar associada a outras epistemologias que levem em conta a pluralidade não apenas dos grupos, mas, também, dos sujeitos que os compõem.

Desse modo, pesquisas surgidas a partir da década de 1980 questionaram a centralidade do migrante universal masculino nos estudos migratórios e, apoiadas na epistemologia feminista, na história das mulheres e em categorias de análise, como gênero, trouxeram novas abordagens e temas, a exemplo da feminização da imigração, invisibilidade do trabalho feminino, representações de suspeição à mulher migrante solteira muitas vezes associada à prostituição, além da relação da migração e do

trabalho com a mudança de papéis sexuais nos locais de partida e de destino (Morokvaši, 2014; Green, 2012). Esses estudos deslocaram a ideia do imigrante masculino universal, atentando para o fato de que mulheres, igualmente, são imigrantes primárias e não seguem os seus maridos e parentes a reboque (Cancela, 2024). Com isso, esses trabalhos desvelam aproximações, diferenças e assimetrias na experiência migratória, as quais não passavam pela nacionalidade dos sujeitos, mas pelo fato de serem homens e mulheres.

Seguindo essas abordagens, discutirei a imigração em sua multiplicidade de corpos, utilizando a categoria de gênero para compreender, por exemplo, em que medida, o perfil e o fluxo de mulheres espanholas que vieram para o estado do Pará apresentaram maior aproximação com as portuguesas do que com os seus conterrâneos espanhóis homens? Como a idade de mulheres e homens que migraram esteve associada às representações de feminilidade e masculinidade, e não apenas às condições estruturais e contextuais específicas, que levaram cada um dos grupos nacionais a migrar? Qual o trabalho das mulheres e dos homens indicado nas fontes? Como essa indicação nas fontes, ao comumente invisibilizar o trabalho feminino, realça práticas que dizem menos sobre a experiência de um dado grupo nacional e mais acerca das assimetrias de gênero, independentemente da nacionalidade dos sujeitos?

A pesquisa foi realizada utilizando fontes quantitativas e seriais¹ para discutir fluxo, origem provincial, razão de sexo, perfil de idade, condição matrimonial e de trabalho dos/das imigrantes espanhóis/espanholas, contrapondo-os/as aos/as portugueses/as.

Vale ponderar que, nos estudos de migração, os números são importantes para se conhecer os padrões de deslocamento, a proporção de quem migra mais ou menos (homens ou mulheres), com que idade, em que condição matrimonial e como essas variáveis são atravessadas pelo sexo dos sujeitos. Todavia, entendo que os números, por si só, não explicam esses dados, devendo ser seguidos do exame dos resultados e, ainda, da crítica às fontes das quais partiram – afinal, comumente, estas vêm sendo marcadas pelo olhar generificado, que precisa ser raspado para se chegar ao verniz a esconder as assimetrias. Um exemplo disso são os passaportes coletivos registrados apenas no nome do chefe de família, geralmente pai, marido, parente, patrão, invisibilizando, assim, a presença das mulheres – mães, esposas, tias, avós, trabalhadoras domésticas-, que migraram junto a esse sujeito, sendo suas existências referidas no passaporte, mas não nomeadas, tendo como consequência a subnotificação dos deslocamentos femininos nos fluxos migratórios (Cancela, 2024).

¹ Para a imigração espanhola, levantaram-se as listagens de passageiros dos anos de 1896, 1897, 1898 e 1899 (este último ano ainda com levantamento incompleto) num total de 4.590 indivíduos (2809 homens e 1774 mulheres. 7 registros estavam ilegíveis) e os registros civis de casamento (1908-1930), em um total de 605 indivíduos (292 homens e 313 mulheres). A análise da imigração portuguesa foi realizada a partir dos registros de passaporte do Distrito do Porto (nos mesmos anos das listas de embarque da imigração espanhola), num total de 1205 (1079 homens e 126 mulheres) e registros de casamento civil (1908-1930), num total de 1546 nubentes (1.188 homens e 358 mulheres).

De todo modo, a despeito dessas limitações, os números, como disse, ajudam-nos a chegar a padrões de deslocamento, analisando documentos, de forma serial e quantitativa, alcançando, desse modo, um número maior de imigrantes e atingindo uma escala mais ampla (Le Goff, 1990). Menos do que pensar os números como opostos à análise microssociológica (Castles; Miller, 1998; Peixoto, 2004) ou com influência na micro-história (Vendrame, 2026), centrada nas escolhas dos sujeitos e famílias, nas redes sociais, cadeias e trajetórias (Imízcoz, 2004), eles devem ser vistos como complementares, representando possibilidades distintas de entrada no conhecimento sobre o processo migratório. Ambas as abordagens são interessantes quando permitem, ao seu modo, questionar os pressupostos do imigrante universal masculino. E, ainda, podem convergir ao olhar a migração a partir dos marcadores sociais da diferença, como gênero, problematizando as fontes e os resultados naquilo que eles revelam e omitem sobre as distinções e assimetrias da experiência migratória de homens e mulheres, para além de suas nacionalidades.

Imigração subsidiada: configurações e percalços

Entre os anos de 1850 a 1930, em meio à imigração de massa transoceânica, a Amazônia paraense recebeu, assim como outras localidades do Brasil e da América, expressivo fluxo migratório europeu, com destaque para os/as portugueses/as e espanhóis/espanholas. Embora a imigração portuguesa tenha destacado-se em meio às demais, no final do século XIX, a espanhola intensificou-se em função de políticas agrícolas e de colonização do estado, que passaram a subsidiar os deslocamentos de famílias espanholas por meio de contratos com agentes particulares de recrutamento. No discurso oficial, a vinda de imigrantes para o Pará ancorava-se na necessidade de mão de obra para a agricultura, o povoamento e a colonização de áreas supostamente desabitadas da Amazônia. Para os olhos racializados e etnocêntricos do Estado, as populações indígenas, caboclas e ribeirinhas, que viviam/vivem na Amazônia, com economia centrada no extrativismo, simbolizavam o atraso e não pertenciam aos cidadãos de uma República civilizada e elitista que precisava pautar o seu desenvolvimento na agricultura, no branqueamento da população e na modernidade da sociedade. O discurso da barbárie associada ao extrativismo, ao atraso e ao povo nacional concupiscente, construiu-se em contraponto ao discurso civilizacional, associado à agricultura e a algumas nacionalidades europeias, pois se alguns povos europeus eram desejados, outros tantos passaram a ser etiquetados como indesejáveis (Carneiro, 2018). Entre os desejáveis, estavam incluídos os de nacionalidade espanhola, preferencialmente aqueles com ofício de lavrador.

A imigração espanhola para o estado do Pará assemelhou-se à política subvencionada adotada pelo governo em outras capitais brasileiras, como São Paulo – resguardada a proporção exponencialmente maior do fluxo paulista comparado ao paraense –, onde boa parte dos/das espanhóis/espanholas foi direcionada para as fazendas de café. No entanto, esta não foi a única forma de migração desses nacionais.

Em seus estudos sobre a imigração galega para o Rio de Janeiro, Sarmiento (2017) alerta para a simplificação da associação da imigração espanhola e galega restrita à política subvencionada dos estados e voltada para a área rural, problematizando que muitos imigrantes chegaram ao longo do século XIX por meio de cadeias migratórias e se estabeleceram, diretamente, em áreas urbanas, como a cidade do Rio de Janeiro. Até o momento, para o Pará, ainda não foi possível recuperar possíveis migrações espontâneas formadas por cadeias migratórias de imigrantes espanhóis, prevalecendo a imigração subvencionada pelo governo, realizada de forma familiar a partir de contratos com agentes particulares e voltada para a formação de núcleos agrícolas em áreas do interior do estado. Essa imigração esteve concentrada no final do século XIX e de forma mais sistemática e intensa, entre os anos de 1896 a 1899, datas limítrofes das listas de embarque de passageiros espanhóis/espanholas para o estado do Pará.

Diferentemente da espanhola, a imigração portuguesa ocorreu de forma sistemática, ao longo de toda a segunda metade do século XIX até os anos de 1930, portanto, em um período bem mais amplo. Foi, preferencialmente, realizada de forma espontânea, não subsidiada, urbana e, muitas vezes, atualizada por redes sociais de amizade, conterraneidade e parentela formadas por várias gerações de migrantes (Tavares, 2021; Cancela, 2023).

Independentemente da nacionalidade, a imigração estrangeira no estado do Pará está ligada à expansão da economia paraense que ocorreu no final do século XIX e no início do XX, centrada na exportação da borracha em maior escala, bem como da madeira, castanha e cacau, em menor proporção. Para se ter uma ideia, em que pesem as deficiências dos dados dos censos demográficos, o Pará saiu de uma população estrangeira composta por 6.529 indivíduos, em 1872, para 4.464, em 1900, saltando para 22.648, em 1920². Esses números dão a dimensão do aumento da presença estrangeira no estado e os efeitos dos deslocamentos transoceânicos no período de maior liquidez da economia gomífera.

Faz-se importante realçar que a maior parte dessa imigração, ainda segundo os dados censitários, era portuguesa (14.211 indivíduos), seguida da espanhola (3.355 indivíduos), turco-asiática – como foram nomeados os sírios-libaneses – (1.460 indivíduos) e italiana (1.114 indivíduos)³.

O fato de a imigração espanhola configurar-se como a segunda maior no estado do Pará, não foi apenas uma realidade local. Em seu clássico trabalho sobre a presença espanhola no país, Klein já registrava que, pouco antes de 1914, os espanhóis “[...] superaram temporariamente os italianos em importância, perfazendo 22% de todos os imigrantes entrados no Brasil” (Klein, 1989, p. 459).

Do ponto de vista da formação econômica e social da Espanha, algumas condições foram fundamentais para incentivar esses deslocamentos no final do século

² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Recenseamento do Brasil anos de 1876 e 1920*. Pará. p. LXIII. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em: 4 mar. 2024.

³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Recenseamento do Brasil anos de 1876 e 1920*. Pará. p. 314. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em: 4 mar. 2024.

XIX, com destaque para o aumento demográfico, a crise na agricultura causada por epidemias nas plantações de vinhedos, a aceleração dos processos de mercantilização, a apropriação privada da terra, a formação de latifúndios com o fim de áreas de bens comunais, a ampliação de impostos obrigando os pequenos camponeses a trabalharem na condição de jornaleiros, recebendo baixos salários, realizando diferentes atividades sem especialização e seguindo a demanda sazonal de serviços (Martínez, 2000). Somam-se a isso as sucessivas guerras implementadas pelo governo espanhol para assegurar as suas colônias na América e Filipinas, necessitando de jovens para a frente de batalha (Sarmiento; Gila, 2018) – este último aspecto pode ter contribuído para que muitas famílias migrassem, evitando, assim, uma possível convocação militar de seus filhos (Cánovas, 2004), como mostrarei mais à frente.

Embora boa parte dos/as imigrantes espanhóis/espanholas tenha deslocado-se para a Argentina e para Cuba, o Brasil tornou-se um dos destinos dessa leva migratória nas últimas décadas do século XIX. Ressaltam-se a melhoria dos transportes e a política de subsídio de passagens fomentada pelos Estados nacionais, atualizada por uma rede de negociantes e agências de recrutamento, juntamente com a propaganda oficial, ou de particulares, em anúncios, álbuns e livros que circulavam nas províncias espanholas, como o *El Pará*, publicado em 1895. Esses veículos de propaganda contribuíram para divulgar o Brasil e o estado do Pará com imagens e textos laudatórios sobre a natureza, a sociedade e as vantagens concedidas pelo governo paraense aos possíveis imigrantes (Sarges; Gomes, 2014).

É preciso ponderar que, no estado do Pará, a imigração espanhola esteve presente de forma bem discreta, antes da década de 1890, período deste estudo. No recenseamento realizado em 1872, há referência à existência de 158 “Hespanhões” no Pará, sendo 33 mulheres e 125 homens⁴. Mesmo depois dessa data, alguns núcleos coloniais registravam a presença desses imigrantes, como o de Benevides, que, em 1877, possuía 32 espanhóis. Esses estrangeiros eram encaminhados ao Pará pela Agência de Colonização, com sede no Rio de Janeiro e, uma vez no estado, eram conduzidos pela Comissão de Colonização aos núcleos coloniais como o de Benevides. Tratava-se de uma migração formada, preferencialmente, por homens solteiros, portanto, não familiar. Eles se declaravam agricultores, mas isso não significava, na prática que o fossem, pois a identificação poderia ser uma estratégia para preencher o critério estabelecido pelo governo brasileiro, que buscava mão de obra habilitada para a colonização e a produção de alimentos com vistas ao mercado interno (Nunes, 2008).

A despeito dessas primeiras entradas com números acanhados, foi somente no final do século XIX, como já referido, que o fluxo de imigrantes espanhóis intensificou-se, mais especificamente, na década de 1890, ancorado na maior liquidez da economia exportadora de borracha e na criação de uma política de colonização que, reitero, excluía as populações indígenas, ribeirinhas e caboclas. Nesse período ocorreu a

⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Recenseamento do Brasil anos de 1876 e 1920*. Pará. p. 215. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em: 4 mar. 2024.

entrada de 4590 imigrantes entre os anos de 1896 a 1899 (este último ano com levantamento ainda incompleto, devendo aumentar o número de entradas), portanto um contingente bem mais expressivo, o qual demonstra a força da política de financiamento orquestrada pelo estado.

Algumas ações oficiais ajudaram a gerenciar e promover essas entradas, destacando-se a criação da Sociedade Paraense para a Imigração, criada no ano de 1885, e a promulgação da Lei nº. 223, em 30 de junho de 1894, que regulamentou os incentivos subsidiados à imigração estrangeira com preferência pela vinda de famílias (Sarges; Figueiredo, 2024; Smith Júnior, 2012; Emmi, 2013). Essa lei foi implementada por Lauro Sodré, então governador, prevendo “[...] a introdução de estrangeiros que pretendessem estabelecer-se no estado como agricultores ou industriaes” (Muniz, 1916, p. 67) e voltando-se para a formação de núcleos coloniais, mediante indenização de passagens, hospedagem, transporte gratuito, alimentação e agasalho até o local de destino no Pará, tratamento médico gratuito, concessão de lote de terra de 25 hectares, ferramentas, utensílios, adiantamento de dinheiro até o primeiro plantio, proteção do Estado durante os primeiros anos, inclusive para viúvas e órfãos por ocasião do falecimento do genitor (Muniz, 1916).

A partir da criação da Sociedade Paraense para a Imigração e do fomento da política imigratória, o governo estabeleceu contrato com Emilio Martins e Francisco Cepeda para a introdução de imigrantes espanhóis⁵.

Já em 1901, o novo governador, Augusto Montenegro, encerrou a política imigratória subsidiada pelo estado, reincidento os contratos com as agências dos dois comerciantes, que receberam indenização pelo fim do acordo. Em 1902, Montenegro justificaria a sua decisão em mensagem encaminhada ao Congresso Legislativo, quando afirmou que, dos 12.029 imigrantes espanhóis que chegaram ao estado por meio dos contratos acima mencionados, apenas 1.802 permaneceram nos núcleos coloniais⁶. Portanto, o custo para a manutenção subsidiada desses deslocamentos, segundo o governador, não justificava a continuidade dos contratos onerosos aos cofres públicos. Com isso, a incipiente política de incentivo à imigração espanhola no Pará foi interrompida, antecipando uma determinação de 1910 do governo espanhol, que proibiu a emigração subsidiada para o Brasil, em função das condições precárias a que estariam submetidos/as os/as imigrantes (Lesser, 2015; González Martínez, 2000).

A observação presente no relatório oficial do governador Augusto Montenegro somente corrobora o que a literatura especializada vem discutindo sobre o fato de que muitos espanhóis/espanholas, diante das vicissitudes encontradas nos núcleos

⁵ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Mensagem dirigida ao congresso do Estado do Pará pelo Dr. Lauro Sodré, governador do Estado, ao expirar o seu mandato no dia 1 de fevereiro de 1897*. Pará, impresso no Diário Oficial, 1897. Hemeroteca digital brasileira.

⁶ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Mensagem do governador do Estado do Pará, Augusto Montenegro, ao congresso legislativo do Pará, em 7 de setembro de 1902*. Belém: Imprensa oficial, 1902. Hemeroteca digital brasileira.

coloniais, das promessas não cumpridas pelo governo, da falta de estrutura, transporte e condição médica sanitária das áreas rurais, abandonaram os seus lotes e se dirigiram para cidades maiores, como a capital, Belém, ou, mesmo, cidades de outros estados brasileiros e países, como a Argentina (Smith Júnior, 2012; Emmi, 2013). Ou, ainda, que muitos deles, ao desembarcarem nos portos paraenses, não teriam nem mesmo se dirigido para as áreas rurais de colonização, permanecendo em Belém e não obedecendo aos contratos assinados junto às firmas particulares. A maior presença de espanhóis/espanholas na cidade de Belém, anteriormente referida no recenseamento de 1920, reitera a possibilidade desses/dessas imigrantes, uma vez chegados à cidade, não seguirem viagem para os núcleos coloniais, ou dele logo saírem frente às condições precárias de trabalho, moradia e saúde, resistindo aos ditames das políticas de recrutamento e das condições degradantes apresentadas em várias dessas áreas.

Imigração espanhola: origem e razão de sexo

A partir do contrato estabelecido entre o governo e os proprietários das duas agências de migração, Emílio Martins e de Francisco Cepeda, iniciaram-se os deslocamentos de famílias espanholas entre os anos de 1896 a 1899. O embarque para o estado era feito majoritariamente a partir do Porto de Vigo (89%) e de Leixões (11%). O Arquivo Público do estado do Pará conservou as listagens de passageiros⁷ dos navios em que os imigrantes recrutados embarcaram, discriminando as viagens por ano, navio e grupos familiares.

O fato de ser uma imigração familiar contribuiu para a significativa presença feminina em meio aos espanhóis, diferentemente do verificado para outras nacionalidades, como a portuguesa, que, no Pará, formou-se, preferencialmente, por homens. Para se ter uma ideia, quando analiso os passaportes da década de 1890⁸, dos portugueses oriundos do Distrito do Porto, de onde partiu a maior parte de lusos e lusas que migraram para o Pará e o Brasil, encontro a *razão de sexo* de 932:100. Isso significa que, para cada novecentos e trinta e três homens portugueses, que migraram do Distrito do Porto para o Pará, na década de 1890, vieram cem mulheres. Essa proporção só foi revertida nos anos de 1921 a 1930, quando a *razão de sexo* na imigração portuguesa do Porto chegou a 216:100 (Cancela, 2024). Ainda assim, ela ficou bem acima da encontrada para os espanhóis nos anos de 1896 a 1899, quando a razão de sexo foi de 158:100, ou seja, a entrada de cento e cinquenta e oito homens para cada cem mulheres. Desses números, conclui-se que, mesmo a imigração espanhola sendo familiar, houve maior presença masculina, entretanto ela não alcançou a disparidade proporcional verificada na imigração portuguesa, que ocorreu por conta própria e teve maioria expressiva de homens em relação às mulheres.

⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. *Listagens de passageiros anos: 1896-1899*. Fundo: Poder Executivo. Área: Obras Públicas. Repartição De Obras Públicas, Terras e Colonização. Caixas 28, 29 e 30.

⁸ ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO. *Livros de registro de passaportes anos: 1850-1930*.

Vale ressaltar que essa tendência de baixa razão homem/mulher na imigração espanhola não é específica do Pará, mas atestou-se no Brasil como um todo, chegando a média nacional a atingir 122:100, o que se atribui à característica familiar de boa parte da imigração espanhola, a qual ocorreu de forma subsidiada, ampliando a presença de mulheres e meninas nos deslocamentos (Lesser, 2015). Ainda assim, o Pará, com a razão de sexo de 158:100, teve uma média mais alta que a nacional.

A maior parte dos/das imigrantes espanhóis e espanholas, que aportaram no estado, eram naturais da Galícia, em um total de 48%, assim distribuídos: Província de Ourense (30%), Pontevedra (9%), Coruña (5%) e Lugo (4%). Esse mesmo perfil foi encontrado, ainda, para o Rio de Janeiro, onde os galegos eram expressivos, em particular, os oriundos das mesmas Províncias de Ourense e Pontevedra (Sarmiento; Azevedo, 2017).

Da região de Castilla e León, vieram outros 44% dos/das imigrantes, sendo 9% de Leon, 14% de Salamanca e 21% de Zamorra. Predominou, desse modo, a migração advinda da região noroeste da Espanha, que fazia fronteira com as províncias mais ao norte de Portugal, região marcada por grande concentração populacional e de onde também saiu a maior parte da migração portuguesa para o Brasil e para a Amazônia paraense, com destaque para os distritos do Porto, Aveiro e Braga (Fontes, 2016; Tavares, 2021; Cancela, 2023).

Perfil de idade da imigração espanhola: homens e mulheres

O caráter familiar da imigração espanhola entre os anos aqui estudados ocasionou um perfil de imigrante peculiar em relação à idade. Houve expressiva presença de crianças de ambos os sexos nesses deslocamentos, com acento maior entre as mulheres. Assim, 22% dos homens que migraram tinham entre 0 a 10 anos de idade, e esse mesmo percentual foi de cerca de 34% entre as mulheres, o que reforça a intensa presença de crianças na configuração das famílias espanholas. Essa configuração repetiu-se em outras localidades brasileiras, pois “[...] os espanhóis destacaram-se entre os imigrantes europeus por serem os mais orientados para a família e por trazerem a maior proporção de crianças” (Klein, 1989, p. 464).

O perfil de idade entre homens e mulheres espanhóis apresenta, também, diferença na faixa etária posterior. Se, em meio aos jovens do sexo masculino, 11% tinham entre 11 e 15 anos de idade, as mulheres dessa mesma faixa etária ficaram em 7%. No entanto, essa tendência muda entre os 16 aos 20 anos, quando há apenas 3% dos homens para 8% de mulheres. Algumas questões podem ser pensadas para entender essa variação de fluxo na jovem migração masculina.

Entre as motivações que teriam levado as famílias a migrar, estaria a possibilidade de afastamento dos filhos mais novos do recrutamento militar obrigatório, estabelecido entre 17 a 22 anos de idade (Sarmiento; Gila, 2018). É bem verdade que, pela legislação espanhola, os jovens varões podiam pagar um substituto e, assim, ficar isentos do recrutamento militar obrigatório. Esse poderia ser um artifício

a ser usado pelas famílias mais abastadas para evitar o alistamento de seus filhos, mas seria mais difícil para as inúmeras famílias de menor renda, como lavradores e jornaleiros, que viam os seus filhos engrossarem as fileiras militares e se afastarem do trabalho e das possibilidades de formação profissional e educacional. Esse dado é importante quando se sabe que, nesse período, a Espanha lutava para manter o seu poderio colonial e enfrentava as Guerras Cubanas (1869 a 1879 e 1895 a 1898) e a Guerra das Filipinas (1896 a 1898), ampliando a possibilidade de recrutamento para lutar nas colônias. Assim, sair da Espanha, antes de completar 17 anos, poderia ser uma alternativa para escapar ao alistamento militar. Do mesmo modo, sair após essa idade implicaria em impedimentos e dificuldades à concessão de passaporte por parte das autoridades (Sarmiento; Gila, 2018). Esse cenário pode ter contribuído para a maior presença de jovens na faixa etária entre 11 a 15 anos de idade, que atingiu 11% dos emigrados do sexo masculino, e a queda para 3% daqueles que tinham entre 16 e 20 anos, logo já próximos, ou na idade do alistamento, e propícios aos impedimentos do Estado que visava garantir a permanência deles em solo espanhol e nas fileiras militares. Por sua vez, os números voltam a crescer na faixa de idade imediatamente posterior, entre 21 a 25 anos de idade, reforçando a relação entre recrutamento militar e queda do fluxo migratório masculino.

Avançando na idade dos imigrantes do sexo masculino, aqueles que migraram até os 35 anos corresponderam a 30% do total, assim distribuídos: 21 a 25 anos (12%); 26 a 30 anos (8%); e 31 a 35 anos (10%). Esse percentual não foi muito diferente do registrado aos que migraram com 36 anos ou mais, contingente que alcançou 33,5%, como se observa a seguir: 36 a 40 anos (17%); ou 41 a 45 anos (14,5%); 46 anos ou mais (2%).

No que diz respeito às mulheres espanholas, não houve grande diferença em relação a esse perfil masculino na faixa etária de 21 a 35 anos. As mulheres alcançaram um percentual de 31,5%, ou seja, muito próximo ao masculino (30%), como se atesta: 21 a 25 anos (10,5%), 26 a 30 anos (12%) e 31 a 35 anos (9%).

Entretanto, a diferença se fez presente na faixa etária acima dos 36 anos, que atingiu apenas 19% das mulheres espanholas, portanto, bem abaixo dos 33,5% encontrados para os homens. Especificando as faixas de idade feminina, têm-se: 36 a 40 anos (9%), 41 a 45 anos (7%) e 46 anos + (3%). Observa-se, desse modo, que, diferentemente, dos homens, as mulheres com mais idade chegaram em menor proporção. Isso pode estar associado a dois fatores, que estão interligados: a condição da imigração subsidiada; e as práticas e representações assimétricas de gênero. Assim, o fato de ser uma imigração financiada atrela as imigrantes às preferências das autoridades e comerciantes, que poderiam priorizar o recrutamento de famílias formadas por mulheres jovens, pensadas como mão de obra preferencial para trabalhar na lavoura e estarem em idade reprodutiva, levando à frente a política oficial de colonização dos núcleos agrícolas. Desse modo, os papéis tradicionais de gênero associados à reprodução feminina compõem um elemento importante para

compreender a menor presença de mulheres com idade acima de 35 anos nos deslocamentos espanhóis – o mesmo não tendo ocorrido com os homens mais velhos.

Do que se expôs, até o momento, é possível resumir que a imigração espanhola foi formada por um contingente bastante expressivo de crianças e, quando se consideram os dados relativos ao sexo, as meninas predominaram em relação aos meninos, particularmente no período imediatamente anterior ao recrutamento militar ou, mesmo, nos anos em que os homens já teriam a idade necessária para o alistamento. Da mesma forma, se houve equilíbrio no percentual de homens e mulheres entre 21 a 35 anos, nas idades mais avançadas, acima de 35 anos, registrou-se que o percentual de mulheres que imigraram foi bem menor do que o masculino, caindo para quase a metade.

Perfil de idade: comparando a imigração espanhola e portuguesa

É interessante cruzar esses perfis de idade com a imigração portuguesa a fim de observar em que medida o fato de a imigração lusa ser, eminentemente, urbana, espontânea – ou seja, não subsidiada, nem estar pautada em uma política de contrato de trabalho familiar e voltada para a lavoura – gerou diferenças no perfil etário. Ainda realizando-se a análise a partir dos passaportes de imigrantes portugueses oriundos do distrito do Porto, nos mesmos anos da imigração subsidiada espanhola aqui tratada (1896, 1897, 1898 e 1899), houve a entrada de 1.205 homens portugueses.

Como indicado, a maior diferença ocorreu entre as faixas etárias mais novas. Se o percentual de imigrantes espanhóis que chegou entre 0 e 15 anos de idade foi de 33%, mostrando a intensa presença de crianças e jovens, própria ao perfil, majoritariamente, familiar desses deslocamentos, o mesmo percentual entre os portugueses foi de apenas 15%, menos da metade, portanto, do encontrado para os espanhóis. Esse dado pode estar associado a, pelo menos, duas questões. De um lado, a imigração portuguesa com intensa presença de homens adultos deslocando-se sozinhos – parte deles solteiros, como mostrarei mais à frente. De outro, o caráter privado dessa imigração realizada por conta dos indivíduos que, mesmo podendo acionar redes sociais interpessoais de apoio e solidariedade, estavam sujeitos às incertezas de moradia e trabalho, as quais poderiam inibir ou minimizar a migração familiar e infantil.

Contudo, se houve diferença em relação à presença de crianças entre as duas nacionalidades, a mesma situação não ocorreu na faixa etária posterior. E, nesse aspecto, o perfil sexual do imigrante mostrou-se, mais uma vez, importante e corroborou o potencial de se analisarem grupos nacionais distintos, a fim de observar aproximações na experiência de sujeitos que vão além das questões étnicas, devendo ser olhadas a partir do sexo. Desse modo, assim como poucos jovens espanhóis migraram entre 16 e 20 anos de idade (3%), pelas questões já mencionadas, esse percentual também foi baixo entre os portugueses (4%), o que deve, igualmente, estar associado à legislação portuguesa sobre recrutamento militar. Em Portugal, desde a Lei de 04 de junho de 1859, havia a obrigatoriedade do pagamento de fiança pelos

rapazes, entre os 14 e 21 anos de idade, que fossem para um país estrangeiro. A fiança era a garantia de que o rapaz apresentar-se-ia, caso fosse chamado para o serviço militar, ou, então, um substituto (Monteiro, 2007). Nesse sentido, em ambas as nacionalidades, atestou-se a presença de uma legislação restritiva que visava regular a saída de jovens em idade de apresentação no serviço militar, aumentando os custos desses deslocamentos, o que pode justificar a queda expressiva de imigrantes na faixa de idade entre 16 e 20 anos nas duas nacionalidades.

Da mesma forma, assim como entre as mulheres espanholas não houve queda acentuada na faixa etária entre 16 e 20 anos de idade (8%), o mesmo ocorreu com as mulheres portuguesas que mantiveram o padrão, correspondendo essa faixa de idade a 11% das lusas.

O que esses números demonstram é que o perfil dos homens portugueses entre 16 e 20 anos de idade (4%), assim como entre 11 e 15 anos (13,5%), não teve muita variação em relação aos homens espanhóis, que foi de 3% e 11%, respectivamente. Entretanto, os homens de ambas as nacionalidades apresentaram diferenças, ainda que discretas, em relação às suas congêneres. Ou seja, o sexo dos imigrantes e as leis restritivas ao alistamento militar influenciaram, diretamente, na descontinuidade e na menor proporção de chegada dos homens em idade de recrutamento, independentemente da nacionalidade, distanciando-os do perfil etário das mulheres de sua origem, mostrando a importância da comparação para se pensar diferentes grupos de imigrantes nacionais e, ainda, como certos perfis migratórios dizem mais respeito aos papéis e práticas atribuídas aos sexos do que à nacionalidade dos sujeitos.

Continuando a análise, do mesmo modo como entre os homens portugueses houve baixa presença de crianças entre 0 e 15 anos de idade (15%), esse número foi ainda menor entre as mulheres portuguesas, que chegou a apenas 3%. A primeira faixa etária, que aparece em meio às portuguesas, corresponde às meninas entre 5 e 10 anos de idade, as quais perfizeram o percentual de 1,5%, o mesmo encontrado para aquelas entre 11 e 15 anos (1,5%), lembrando que esse percentual atingiu 41% das mulheres espanholas. Esses dados reforçam a menor presença de crianças na migração lusa, como já indicado.

Para realizar a comparação entre as duas nacionalidades nas faixas de idade mais avançadas, utilizei recurso metodológico diferente. Por conta da menor presença de crianças na imigração portuguesa, desconsidere o contingente de crianças de 0 a 15 anos e empreendi a análise apenas daqueles que chegaram com 16 anos ou mais. Dessa forma, trabalhei com a média mediana da idade desses sujeitos para evitar as distorções que surgiriam, caso se acrescentassem as crianças ao total, pois, como se apresentaram em grande proporção entre os espanhóis (correspondendo a 32,5% dos homens e 41% das mulheres), elas puxariam a média de idade desses/dessas imigrantes muito para baixo – a mesma situação não ocorrendo com os portugueses/as, em que a presença de crianças é bem menor (15% entre os homens e 3% entre as mulheres). Assim, levando em conta apenas o universo daqueles com de 16 anos ou mais, minimizo as possíveis distorções da análise.

A partir desse recurso metodológico, o que merece relevo é a continuação do padrão encontrado anteriormente, no qual a idade dos homens espanhóis aproxima-se mais dos portugueses do que das mulheres de sua nacionalidade. Assim, 58% dos portugueses chegaram com idade entre 16 e 35 anos. Entre os espanhóis, esse percentual foi de 49%. Já os portugueses, com 36 anos ou mais, atingiram o patamar de 42%, cujo percentual foi de 50,5%, entre os espanhóis. Essas porcentagens indicam que os homens portugueses chegavam, ainda que uma proporção discreta, mais jovens do que os espanhóis, se retiramos aqueles abaixo de 16 anos de idade.

Mais uma vez, aqui, não houve muita distinção entre os homens das duas nacionalidades. Mas quando comparo os homens espanhóis com as mulheres de procedência idêntica, as diferenças apresentam-se. Se 49% dos homens espanhóis tinham entre 16 e 35 anos de idade ao chegarem no estado; entre as mulheres espanholas esse percentual foi de 68%, demarcando uma diferença acentuada de 19%. Cabe lembrar que o mesmo percentual, nessa faixa etária, foi de apenas 9% entre os homens. A mesma diferença acentuada mostrou-se entre homens e mulheres espanholas com 36 anos ou mais. Se eles somaram 50,5%, elas chegaram a apenas 32%. Aqui, a diferença atingiu 18,5%. Esse mesmo percentual entre os homens espanhóis e portugueses foi de somente 8,5%.

Esses dados reforçam como os números constituem ferramentas significativas no sentido de pensar padrões migratórios e como a categoria de gênero permite compreender o motivo da maior aproximação do perfil etário entre os homens espanhóis e portugueses, do que entre os espanhóis e as suas congêneres mulheres. Nesse aspecto, o dado crucial que pode ajudar a justificar essa diferença tem a ver com as assimetrias de gênero e o incentivo à migração de mulheres jovens em idade reprodutiva. Tal situação não ocorre, também, entre os homens com mais idade que atingiram patamares altos na amostragem das duas nacionalidades.

No que diz respeito à comparação entre as mulheres espanholas e as portuguesas, quando retiramos as crianças e consideramos a média mediana de idade, o perfil etário foi muito próximo. Desse modo, 68% das espanholas chegou com idade entre 16 e 35 anos – 67% entre as portuguesas, mantendo, desse modo, a maior entrada de mulheres jovens como marca da imigração de massa. Na faixa de idade de 36 anos ou mais, as espanholas corresponderam a 32%, e as portuguesas a 31%, conservando a aproximação no perfil etário das mulheres das duas nacionalidades. Todavia, aqui gostaria de pontuar uma pequena particularidade. Quando olhamos as idades acima de 50 anos, a diferença entre portuguesas e espanholas manifesta-se discretamente. Dessa forma, se 3% das espanholas chegaram com idade acima dos 50 anos, essa porcentagem equivale a cerca de 10% entre as lusas – variação pouco acentuada, mas que sugere a possibilidade de que a migração portuguesa espontânea e assentada, preferencialmente, nas redes sociais, tenha contribuído para maiores flexibilidade e mobilidade das mulheres mais velhas, não limitadas por uma política oficial de colonização e, possivelmente, de valorização da mulher jovem associada à capacidade de trabalho e de reprodução.

Imigração espanhola: condição matrimonial

Uma vez discutido o perfil etário da imigração ibérica, destaco a condição civil dos/das imigrantes e, aqui, adianto que houve pouca diferença entre a imigração masculina espanhola e portuguesa. Essa circunstância não se verificou, contudo, entre as mulheres das duas nacionalidades, sobre as quais uma diferença significativa se fez presente.

Iniciando-se pelos homens e realizando-se o recorte entre aqueles espanhóis com 18 anos ou mais, que tiveram a condição matrimonial registrada nas listas de embarque, 54% eram casados, 30% solteiros e 3% viúvos, enquanto alguns não tiveram a condição civil determinada. Esse mesmo percentual verificou-se entre os portugueses – 59% casados; já na condição de solteiros, 37%, e de viúvos, 4%, atestando-se, portanto, uma variação não muito acentuada em meio às duas nacionalidades.

Esse movimento altera-se entre as mulheres. Das imigrantes espanholas com 18 anos ou mais, 61% declararam-se casadas; 18%, solteiras; e 5%, viúvas, verificando-se várias sem referência alguma nas listagens dos navios. Esse perfil é bem diverso em meio às portuguesas, cujo percentual de mulheres casadas foi bem menor (38,5%) quando comparado às espanholas, e o de mulheres solteiras expressivamente acima (46%), assim como o de viúvas (15,5%). Desse modo, a comparação da imigração das duas nacionalidades assinala que a imigração espanhola é, majoritariamente, formada por mulheres casadas com diferença acentuada em relação às solteiras e às viúvas. Já em meio às lusas, as solteiras predominaram, embora a diferença em relação às mulheres casadas não tenha sido tão acentuada como o verificado entre as espanholas, entre as quais, de modo similar, notou-se percentual baixo de mulheres viúvas. Mais uma vez, o perfil familiar e subsidiado da imigração espanhola no estado do Pará espelhou a condição matrimonial das imigrantes que aportavam, em sua maioria, casadas, situação apropriada frente à política de formação de núcleos agrícolas de colonização e à expectativa de fixação de casais com prole nessas áreas. Por sua vez, as portuguesas solteiras foram em maior número, assim como as viúvas, o que pode estar ligado à mobilidade por conta própria, comumente apoiada por redes sociais de parentesco, amizade e conterraneidade, as quais constituíam suportes para o deslocamento e o acolhimento logo na chegada ao estado, suscitando a possibilidade de moradia e trabalho (Cancela, 2024).

Casamento: uniões preferenciais, endogamia e tensões

O número de entradas efetivas de imigrantes espanhóis/espanholas ficou bem aquém do inicialmente acordado nos contratos entre o estado do Pará e os particulares, que era de cerca de 38 mil pessoas (Muniz, 1916, p. 68). Pelo relatório já destacado do governador Antônio Montenegro, desse montante, apenas 12.029 imigrantes teriam

aportado em Belém – destes, somente 1.802 teriam permanecido nos núcleos coloniais⁹, verificando-se o deslocamento dos demais para cidades maiores do próprio estado do Pará, como Belém ou, mesmo, outros estados brasileiros e países. No entanto, a despeito dos percalços e vicissitudes da política de formação de núcleos coloniais compostos por esses estrangeiros, vários trabalhos vêm mostrando a intensa presença espanhola no estado.

Essa presença já foi analisada a partir da lógica de fomentação de fluxo e formação de núcleos coloniais (Smith Júnior, 2012; Emmi, 2013; González Martínez, 2000), da imigração subsidiada (Smith Júnior, 2016) da organização de atividades culturais como as touradas e casinos (Sarges, 2010, 2011), dos conflitos e tensões na cidade de Belém (Sarges; Gomes 2014), da imigração a partir da Catalúnia (Sarges; Figueiredo, 2024) e, ainda, do associativismo traduzido na criação da União Espanhola de Socorros Mútuos do Pará (Lima, 2021; González Martínez, 2000).

Esses trabalhos revelam que, apesar dos limites encontrados para a permanência dos imigrantes no interior do estado, parte deles permaneceu e estabeleceu espaços de sociabilidade, associativismo e visibilidade cultural. Uma das referências que reforçam a ideia da permanência desses indivíduos no Pará, mesmo com o fracasso dos núcleos coloniais, pode ser observada nos casamentos envolvendo espanhóis e espanholas. Nos registros civis de casamento realizados em Belém, entre os anos de 1908 a 1930, há um total de 292 homens espanhóis e 313 mulheres espanholas na condição de nubentes

Nesse contexto, verificou-se um número bem abaixo da imigração portuguesa, a qual alcançou o montante de 1.188 homens e 358 mulheres, no mesmo período. Entretanto, não se pode esquecer que o fluxo migratório português foi bem maior do que o espanhol, como já destacado, e que se registrou percentual de mulheres lusas solteiras mais alto do que o de casadas. Além disso, o perfil da imigração espanhola, majoritariamente composta por pessoas casadas, também pode ter contribuído para a menor presença desses nacionais nos registros de casamento.

A análise dos casamentos estabelecidos pelos imigrantes espanhóis mostra que, na maioria deles, houve a preferência por cônjuge da mesma nacionalidade, chegando à regra da endogamia a 66% das uniões entre os homens e 61% entre as mulheres. Essa tendência às uniões endogâmicas dos espanhóis foi apontada, igualmente, por Klein, para São Paulo, na década de 1910, quando o autor encontrou o percentual de 62% para os homens e 69% para as mulheres, portanto, muito próximo ao padrão paraense (Klein, 1989). Nesse aspecto, há uma diferença acentuada em relação à imigração portuguesa que foi, predominantemente, masculina, como destaquei ao discutir os dados sobre a razão de sexo. Esse perfil refletiu-se nos casamentos, em que apenas 23% dos homens portugueses casaram-se com mulheres portuguesas, 68% com brasileiras

⁹ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Mensagem do governador do Estado do Pará, Augusto Montenegro, ao congresso legislativo do Pará, em 7 de setembro de 1902*. Belém: Imprensa oficial, 1902. p. 46. Hemeroteca digital brasileira.

e 8% com mulheres de outras nacionalidades, prevalecendo as uniões exogâmicas. Tal perfil inverte-se entre as mulheres portuguesas, considerando-se que a endogamia atingiu 77%, com somente 16% delas casadas com brasileiros e 6% com homens de outras nacionalidades. Ou seja, a presença muito expressiva de homens lusos refletiu no alto percentual de casamentos endogâmicos das mulheres lusas, contudo, entre os homens portugueses, verificou-se a acentuada presença de uniões exogâmicas.

Uma questão importante a ser observada em relação aos casamentos civis diz respeito às uniões envolvendo pessoas de nacionalidade espanhola e portuguesa. No percentual, acima apontado, envolvendo “outras nacionalidades”, a maioria dos homens portugueses envolveu-se, matrimonialmente, com mulheres espanholas (7%), isto é, quase a totalidade dos casamentos abrangendo cônjuges estrangeiros, que foi de 8%. Um número menor, mas ainda assim expressivo de 3% das mulheres portuguesas (do total de 6% da amostra compreendendo uniões com estrangeiros), casou-se com homens espanhóis. Esse dado evidencia a preferência de união entre pessoas de nacionalidade portuguesa com espanhóis, em comparação àquelas incluindo outras nações estrangeiras, o que pode, também, ser atribuído ao fato de se tratarem das duas nacionalidades de maior presença no estado.

Nem sempre se consegue chegar à experiência dessas pessoas, obter elementos para ir além das tendências e dos percentuais aqui apresentados e pautados, exclusivamente, em registros civis que trazem informações curtas e seriais. Contudo, por vezes, conseguimos chegar ao universo desses sujeitos por meio dos processos criminais – fontes ricas para essa aproximação, permitindo-nos chegar a uma história encarnada, bem como a práticas e a valores de pessoas do universo popular (Chalhoub, 1986). Houve, ainda, processos criminais de bigamia envolvendo a união entre uma mulher espanhola e um homem português: José d’Ornellas da Silva, de 29 anos, era empregado no comércio e se casou, na Ilha Terceira, em Açores, com Maria Salete Neves, “simplesmente perante o sacerdote católico”¹⁰. Três anos depois, já na capital paraense, uniu-se em matrimônio, novamente, desta feita no civil, com a espanhola Maria Pilar Eyro, menor de 20 anos de idade, serviços domésticos. Segundo ele, o casamento com a espanhola Pilar deu-se com urgência em função de ele tê-la deflorado. Apesar dos pais de Pilar serem falecidos, ela mesma cuidou para que José com ela se casasse, ameaçando denunciá-lo à polícia caso não o fizesse, já que era de menor idade.

Para realizar o segundo casamento, José inverteu os seus sobrenomes, embora alegasse tê-lo feito pelo fato de, também, assim ser conhecido pelos amigos, não tendo com isso tido a intenção de burlar a lei. Alegou, ainda, que o primeiro casamento com a esposa portuguesa teria ocorrido apenas na igreja católica, não havendo registro no âmbito civil e, por esse motivo, não teria cometido bigamia, pois “[...] nem em Portugal

¹⁰ CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA. *Autos crimes de bigamia*: José d’Ornellas da Silva. Processos Crimes. 4º Vara - crime contra a família. Belém, 1912.

onde desde logo do começo do regime republicano foi separado a igreja do Estado e existindo o casamento civil”¹¹.

Um dos sócios da firma na qual José d’Ornella trabalhava, Acesino Maximiano dos Santos, 31 anos, casado e comerciante, declarou saber que o empregado era casado, e que a firma teria adiantado-lhe dinheiro para trazer a esposa de Portugal para a capital paraense. Disse, ainda, que ao descobrir o fato de José d’Ornella ter, novamente, casado-se com uma “rapariga hespanhola tendo até o nome trocado”, teria-o despedido.

A perda do emprego ocorreu quinze dias depois do casamento com Maria Eyro. Ao ser despedido, José d’Ornellas viajou para Baião, cidade do interior do Pará, onde possuía familiares, dizendo, para a esposa espanhola, Maria Eyro, que teria sido mandado embora da firma pelo motivo de a empresa não ser afeita a empregados casados.

Contudo, ao viajar para Baião, José Ornellas foi com a esposa portuguesa, Maria Salete. A descoberta da bigamia transcorreu quando um indivíduo comunicou a Maria Eyro que o pai de José d’Ornellas havia falecido nos Açores. Com o propósito de informar o fato ao marido, que se encontrava no referido município paraense, procurou a casa onde ele morara em Belém, ficando sabendo, assim, “por pessoas que lá estavam, que o mesmo viajara com sua família para Baião”. Foi, desse modo, que Maria Eyro descobriu e denunciou o crime de bigamia de seu marido. O processo não teve julgamento – por isso, não se tem como saber o que ocorreu com os envolvidos. Mas o episódio nos traz a possibilidade de pensar a dinâmica dessa cidade movida pela circulação de migrantes de várias nacionalidades. Destacam-se as experiências de casamento, as redes interpessoais necessárias para se conseguir emprego, a pressão sobre namorados depois de promessas de casamento, o empréstimo de dinheiro para trazer a família do país de origem, a obtenção de informações sobre a bigamia de recém-maridos. O propósito reside na possibilidade de recompor uma história encarnada, que mostre os números e, para além deles, as experiências e as tensões de mulheres e homens migrantes que estabeleceram uniões conjugais na Amazônia paraense.

Mundo do trabalho: perfil das atividades e assimetrias de gênero

Por ser uma imigração subsidiada visando à colonização em núcleos agrícolas, o governo do estado do Pará conferiu prioridade às pessoas que tinham a profissão de lavrador. Smith, ao analisar a entrada de imigrantes espanhóis, no ano de 1896 e 1897, destaca que 28% e 50% declararam-se lavradores como o ofício que exerciam nos respectivos anos. O autor pondera que esse número tende a ser menor, pois muitos imigrantes poderiam declarar a profissão de lavrador para se enquadrar no perfil

¹¹ CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA. *Autos crimes de bigamia*: José d’Ornellas da Silva. Processos Crimes. 4º Vara – crime contra a família. Belém, 1912.

desejado pelo estado e, dessa forma, obter os direitos e as garantias de subsídio em passagens, transporte e obtenção de lotes de terra (Smith, 2012).

Neste trabalho, estendi o levantamento realizado por Smith analisando além de 1896 e 1897, mais dois anos: 1898 e 1899. E, ainda, diferentemente de Smith, realizei o recorte por sexo. Com isso, o percentual encontrado foi ainda maior do que o apontado por Smith (2012), chegando a 61% de lavradores entre os homens e 27% no contingente das mulheres. Entretanto, indo além e filtrando apenas os/as imigrantes com 15 anos ou mais, ou seja, retirando-se o universo infantil da amostra, esse percentual expande-se, chegando a 73% entre os homens e 21% entre as mulheres.

Em meio aos homens, outras profissões que apareceram em maior número foram as de carpinteiro, sapateiro, jornaleiro (pessoas que realizavam diversos tipos de atividade manual), alfaiate e garçom. Esse perfil foi bem distinto do encontrado no contexto da imigração portuguesa advinda do distrito do Porto, no mesmo período, entre os anos de 1896 e 1899. Entre os lusos, apenas um imigrante se identificou como lavrador, a grande maioria foi registrada como trabalhador (25%) –classificação guarda-chuva para o exercício de diversas atividades manuais, assim como a de jornaleiro. A esses se seguiu um número, igualmente, expressivo de negociantes (19%). As demais profissões citadas foram as de carpinteiro, marceneiro, ourives, padeiro, pedreiro, serralheiro, alfaiate, empregado do comércio. Atestamos, desse modo, uma variação bem mais ampla de profissões registradas pelos imigrantes portugueses quando comparada com os espanhóis, em que o predomínio de lavradores foi maciço. Esse dado dos espanhóis pode estar sobrenotificado, como salientou Smith, em função da necessidade de se definir enquanto lavrador para a obtenção dos subsídios e direitos contratados, mas, também, diretamente associado ao perfil da imigração voltada para a colonização de núcleos agrícolas, diferentemente da portuguesa, predominantemente espontânea e assentada preferencialmente nas áreas urbanas (Cancela, 2023).

Uma observação importante é que, em ambos os grupos nacionais, as figuras do jornaleiro e do trabalhador, cujas atividades não implicam uma profissão definida, ocorreram de forma expressiva, evidenciando, assim, um percentual considerável de imigrantes não especializados. Ou, por outra, essa pode ter sido uma estratégia dos imigrantes do sexo masculino, na identificação como jornaleiro e/ou trabalhador, com o propósito de não definirem uma profissão para, desse modo, ficarem mais aptos a qualquer tipo de trabalho e emprego, ampliando as opções (Nunes, 2008).

Em relação às mulheres espanholas, além das lavradoras/agrícolas, houve o registro de cozinheiras, costureiras, servçal, babá, “labores”, “su casa”, “su sexo” e vários em branco, como se as mulheres não tivessem ocupação. Em relação às portuguesas, essa assimetria de gênero fica ainda mais evidente. Em nenhum registro das mulheres advindas do distrito do Porto, nos quatro anos aqui tratados, houve qualquer registro de profissão feminina. A coluna “profissão” apareceu em branco nos 126 registros femininos. Para compreender essa ausência, cabe ressaltar que a prática de invisibilidade tanto da profissão quanto da própria presença das mulheres não é

algo incomum, como nos mostra a literatura (Menezes; Matos, 2017, Matos; Truzzi; Conceição, 2018). No caso português, por exemplo, muitas mulheres migraram sem passaporte individual, englobadas no passaporte de um marido, pai ou patrão, não contando com os seus nomes e dados registrados, o que subnotifica, assim, os números da imigração feminina, como já apontado (Cancela, 2024).

A mesma situação dá-se em relação às profissões, levando-se em conta a noção corrente de que o trabalho feminino e a noção estrutural de que este não integra a economia ativa capitalista por estar associado ao cuidado e às atividades domésticas. Esse entendimento apoia-se na lógica gendrificada que invisibiliza o trabalho feminino, representando-o como atividade secundária, ligada ao universo doméstico e pertinente à natureza da mulher, reforçando a representação de não especialidade e qualificação (Vergès, 2020; Souza-Lobo, 2021 [1991]). As mulheres passam a ser lidas como imigrantes não trabalhadoras, acompanhantes, dependentes do homem, considerado o “cabeça da família”, o único que, supostamente, trabalha (Morokvaši, 2014; Green, 2012). Em meio às mulheres portuguesas, essa invisibilidade tornou-se ainda mais flagrante pela total ausência de identificação de suas atividades laborais. Já, no contexto das espanholas, provavelmente pelas especificidades dos contratos com vistas à colonização, um número maior de mulheres foi identificado com profissão, inclusive de lavradora, ainda que em proporção bem menor do que a masculina.

Considerações finais

Neste trabalho, procurei discutir a imigração para a Amazônia paraense a partir da comparação da imigração espanhola com a portuguesa, duas das maiores nacionalidades que se deslocaram para o estado do Pará, no final do século XIX. Um estudo comparativo convergente que buscou as aproximações e diferenças dessas migrações, condicionadas não apenas pela forma como elas ocorreram, mas também, pelas questões de gênero.

A composição – centrada no modelo subvencionado, rural e familiar da imigração espanhola, em contraponto ao processo espontâneo, urbano e ancorado, amplamente, em redes sociais de apoio da imigração portuguesa – constituiu-se em diferença matriz, a qual teve diversos desdobramentos no perfil dos/das imigrantes que chegaram ao estado. No entanto, as questões relacionadas ao gênero e aos papéis, tradicionalmente, pensados para homens e mulheres foram fundamentais para entender esses deslocamentos para além da nacionalidade e do modelo migratório.

Desse modo, a maior parte da imigração tanto espanhola como portuguesa era oriunda das regiões noroeste e norte dos dois países, sendo a imigração espanhola advinda quase, em sua totalidade, da Galícia.

Embora a imigração espanhola para a Amazônia paraense, entre 1896 e 1899, tenha sido familiar, verificou-se uma proporção de homens maior do que de mulheres. A mesma situação não ocorreu com a portuguesa na qual atestou-se percentual bem mais acentuado de homens.

A imigração espanhola familiar refletiu-se na ampla presença de crianças de ambos os sexos, o que se distinguiu da portuguesa, em que se registrou menor número de imigrantes nessa faixa de idade, particularmente no universo feminino.

O cruzamento do sexo com a idade dos/das imigrantes evidenciou que as diferenças ocorreram menos em função da nacionalidade dos/das imigrantes e mais em razão do sexo. Assim, não houve acentuada variação no perfil etário quando comparado com os homens das duas nacionalidades, situação similar transcorrida no cotejamento das mulheres espanholas com as portuguesas. As distinções deram-se no interior dos grupos nacionais em função do sexo, marcado por representações e papéis, tradicionalmente atribuídos aos gêneros. Desse modo, as mulheres de ambas as nacionalidades migraram mais jovens, e em menor quantidade, do que aquelas com idade acima de 35 anos, o que não sucedeu no universo masculino no qual se encontrou equilíbrio maior entre indivíduos de variadas faixas de idade.

Nesta pesquisa, atestou-se, porém, diferença discreta entre as portuguesas acima de 50 anos, sugerindo que, na migração espontânea e pautada em redes sociais de contrerraneidade, amizade e parentesco, as mulheres mais velhas assumiram presença, discretamente maior do ponto de vista da proporção, do que o verificado na imigração espanhola.

Essa mesma tendência repetiu-se no que diz respeito à condição civil dos indivíduos, conjuntura que não apresentou alteração significativa entre os homens espanhóis e portugueses, já que a maioria já chegou casado, tendo o percentual de solteiros e viúvos alcançado valores muito próximos. No entanto, entre as mulheres, as diferenças foram, novamente, mais acentuadas. A grande maioria das mulheres espanholas aportou, no Brasil, casada, o que é compreensível, em uma imigração eminentemente familiar, as portuguesas chegaram solteiras e o número de viúvas foi mais expressivo.

As vicissitudes das imigrações das duas nacionalidades refletiram-se no perfil dos casamentos civis¹² realizados na capital, Belém, com o predomínio de uniões endogâmicas entre os/as espanhóis e espanholas, o que se repetiu entre as mulheres portuguesas, mas não entre os homens lusos, cujas uniões foram, preferencialmente, exogâmicas, sendo as mulheres brasileiras a escolha preferencial, o que, provavelmente, associa-se ao fato de a imigração lusa ser majoritariamente masculina.

Por sua vez, a imigração subsidiada acabou por dirimir a variação das profissões dos homens espanhóis que se declarou, majoritariamente, lavrador, ressaltando a possibilidade de essa indicação estar sobrenotificada, e a autorreferência de lavrador e trabalhador ter servido como estratégia para o enquadramento no perfil do imigrante desejado pelas autoridades que buscavam a colonização. Já entre os portugueses, pouquíssimos se encaixaram nas atividades ligadas à terra, sendo as atividades de trabalhador, artesão e negociante as que mais se destacaram

¹² BELÉM (PA). Cartório privativo de casamentos. *Registros de casamento*: anos 1898-1930.

Por fim, em relação ao trabalho feminino, as questões de gênero ficaram bem pontuadas para ambas as nacionalidades. Embora a migração espanhola fosse familiar e composta de famílias identificadas como lavradoras, essa profissão não alcançou o mesmo número expressivo de mulheres, como ocorreu entre os homens. Parte delas foi classificada com a profissão “su casa”, “su sexo”, associando as mulheres à domesticidade, mesmo quando trabalhavam na terra com os seus pares. Com relação às portuguesas, não se registrou nos passaportes desse período nem mesmo o ofício de serviços domésticos. Em ambos os casos, a assimetria de gênero espelhou-se no mundo do trabalho feminino, e as atividades das mulheres foram subnotificadas, pois não eram vistas como trabalho, e nem elas como trabalhadoras, mas, no máximo, trabalhadoras secundárias não essenciais à economia ativa, como os seus maridos e parentes.

Com esses dados, procurei ressaltar as aproximações e as diferenças das duas maiores imigrações europeias em terras paraenses, constituindo uma história comparada convergente de grupos nacionais, a qual caminha através e para além da etnicidade, compreendendo, desse modo, os sujeitos em seus corpos encarnados e marcados pelo gênero.

Notas sobre a autoria

Cristina Donza Cancela é Doutora em História pela Universidade de São Paulo-USP (2006), possui mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (1997), sendo graduada em História pela Universidade Federal do Pará-UFPA (1992). Realizou estágio Pós-doutoral na Universidade de Lisboa (2014). Atualmente é professora titular da Faculdade de História da UFPA e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Tem experiência na área de estudos de História das Mulheres, Famílias, Migrações, Gênero e Sexualidades. Participa como vice-líder do Grupo de Pesquisa do CNPQ População, Família, Migração e Gênero na Amazônia (RUMA). Faz parte do GT de Estudos de Gênero da ANPUH /Seção Pará. É pesquisadora B do CNPQ.

Referências

Fontes

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO. *Livros de registro de passaportes anos: 1850-1930.*

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. *Listagens de passageiros anos: 1896-1899.* Fundo: Poder Executivo. Área: Obras Públicas. Repartição De Obras Públicas, Terras e Colonização. Caixas 28, 29 e 30.

BELÉM (PA). Cartório privativo de casamentos. *Registros de casamento: anos 1898-1930.*

CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA. *Autos crimes de bigamia: José d'Ornellas da Silva.* Processos Crimes. 4º Vara - crime contra a família. Belém, 1912.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Mensagem dirigida ao congresso do Estado do Pará pelo Dr. Lauro Sodré, governador do Estado, ao expirar o seu mandato no dia 1 de fevereiro de 1897*. Pará, impresso no Diário Oficial, 1897. Hemeroteca digital brasileira.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Mensagem do governador do Estado do Pará, Augusto Montenegro, ao congresso legislativo do Pará, em 7 de setembro de 1902*. Belém: Imprensa oficial, 1902. Hemeroteca digital brasileira.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Recenseamento do Brasil anos de 1876 e 1920*. Pará. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>
Acesso em: 4 mar. 2024.

Bibliografias

CANCELA, Cristina Donza. Rua Bragança nº3: Imigração portuguesa, redes sociais, trabalho e moradia (Belém, 1834-1930). In: CANCELA, Cristina Donza; CASTRO Lara de. *Nortes migrantes: deslocamentos, trajetórias e ocupação na Amazônia*. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. p. 89-108.

CANCELA, Cristina Donza. Mulheres não são imigrantes passivas e nem vêm a reboque: feminização da imigração, trabalho e arranjos domésticos de portuguesas em uma capital da Amazônia (Belém, c.1850 - c.1930). *Cadernos Pagu*, n. 70, e247004, 2024.

CÁNOVAS, Marília D. Klaumann. A grande imigração Europeia para o Brasil e o imigrante espanhol no cenário da cafeicultura paulista: aspectos de uma (in)visibilidade. *Sæculum - Revista de história*, João Pessoa, p. 115-136, ago./dez. 2004.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis ideologia do etiquetamento durante a era Vargas. *Revista USP*, n. 119, p. 115-130, out./dez. 2018.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark. *The Age of Migration International Population Movements in the Modern World*. London: Macmillan Press LTD, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

EMMI, Marília Ferreira. *Um século de imigrações internacionais na Amazônia Brasileira (1850-1950)*. Belém: NAEA, 2013.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *Preferem-se português(as): trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. Belém: EDITAED, 2016.

GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda Evangelina. O Brasil como país de destino para os migrantes espanhóis. In: BORIS, Fausto (org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 239-271.

GREEN, Nancy L. L'histoire comparative et le champ des études migratoires. *Annales Économies, Sociétés, Civilisations*. 45e année, n. 6, p. 1335-1350, 1990.

- GREEN, Nancy L. Changing paradigms in Migration Studies, From Men to Women to Gender. *Gender & History*, v. 24, n. 3, p. 782–798, nov. 2012.
- IMÍZCOZ, José Maria. Actores, redes, processos: reflexiones para uma historia más global. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, 3. sér., v. 5, p. 115-140, 2004.
- KLEIN, Herbert. A investigação social e econômica dos espanhóis no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 457-476, 1989.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 535-549.
- LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- LIMA, Aline de Kassia Malcher. *Em auxílio dos seus*: Mutualismo espanhol numa cidade Amazônica (Belém-Pará, 1890 – 1920). 2021. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.
- MASSEY, Douglas S. Economic Development and International Migration in Comparative Perspective. *Population and Development Review*, v. 14, n. 3, p. 383-413, Sep. 1988.
- MATOS, Maria Izilda; TRUZZI, Osvaldo; CONCEIÇÃO, Carla F. Mulheres imigrantes: presença e ocultamento (interiores de São Paulo, 1880-1930). *Revista Brasileira de Estudos e População*, v. 35, n. 3, p. 1-25, 2018.
- MENEZES, Lená Medeiros; MATOS, Maria Izilda Santos de. Gênero e imigração: mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo - XIX e XX). São Paulo: E manuscrito, 2017.
- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa. A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar – uma questão em debate na segunda metade do século XIX. In: SOUSA, Fernando *et al.* (coord.). *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE: Edições Afrontamento, 2007. p. 385-400.
- MOROKVAŠI, Mirjana. Gendering Migration. *Migracijske i etni ke*, v. 30, n. 3, p. 355–378, 2014.
- MUNIZ, João de Palma. *Imigração e colonização*: História estatística 1616-1916. Belém: Imprensa, 1916.
- NUNES, Francivaldo Alves. *A semente da colonização*: Um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870-1889). 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- PEIXOTO, João. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. *SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações*, Lisboa, n. 11, p. 1-36, 2004.
- SARGES, Maria de Nazaré dos Santos; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Notícias da Cataluña: El Pará y la inmigración española em la amazonía brasileña a finales del

siglo XIX. In: BRACHO, José. *Mars Blaus: Encuentros entre la Mediterránea y América Latina*. Universitat de Barcelona, 2024. p. 97-127.

SARGES, Maria de Nazaré. A 'Galícia' paraense: imigração espanhola em Belém: 1890-1910. In: RUIZ-PEINADO, José Luis; CHAMBOULEYRON, Rafael (org.). *T(r)ópicos de história: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Açaí, 2010. p. 201-218.

SARGES, Maria de Nazaré. As corridas de touros e as associações de migrantes galegos: a construção do imaginário ibérico na "Nova Jerusalém" (Belém, XIX/XX). In: RUIZ-PEINADO, José Luís (coord.). *Atlântico imaginado: fronteiras migrações e encontros*. Madrid: Ministério do Trabalho e Imigração, 2011. p. 122-143.

SARGES, Maria de Nazaré; GOMES, João Arnaldo. Os espanhóis na cidade de Belém: conflitos e solidariedade. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 11, ano 11, n. 1, p.1-17, jan./jun. 2014.

SARMIENTO, Érica. *Galegos nos trópicos: invisibilidade e presença da imigração galega no Rio de Janeiro (1880-1930)*. Porto Alegre: Editora Universitária da PUC RS, 2017.

SARMIENTO, Érica; AZEVEDO, André Nunes. *Cidade e imigração: a freguesia de Santo Antônio e o cotidiano dos galegos nos logradouros cariocas (1880-1930)*. *História*, v. 36, e109, 2017.

SARMIENTO, Érica; GILA, Oscar Alvarez. Serviço militar e emigração. Reflexões, possibilidades e problemáticas a partir do caso espanhol. In: MENEZES, Lená Medeiros de; PAGNOTTA, Chiara (org.) *Pontes entre Europa e América Latina. Histórias de migrações e de mobilidades/Puentes entre Europa y América Latina (XIX-XXI). Historias de migraciones y de movilidades*. Rio de Janeiro: LABIMI-UERJ, 2018. p. 63-84.

SMITH JÚNIOR, Francisco Pereira. *Imigração espanhola na Amazônia: as colônias agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico do nordeste paraense (1890-1920)*. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Editora Expressão Popular, 2021[1991].

TAVARES, Anndrea Carolyn da Costa. *Partindo mais ou menos pobre, voltando mais ou menos rico": A emigração de aveirenses ao Pará (1882-1918)*. 2021. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

TRUZZI, Oswaldo. Notas acerca do uso do método comparativo no campo dos estudos migratórios. In: DEMARTINI, Zeila; TRUZZI, Oswaldo. *Estudos migratórios: perspectivas migratórias*. São Carlos: EdUFSCAR, 2005. p. 131-157.

VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre. Investigação e formalização na perspectiva da Micro-História. *In*: VENDRAME, Máira Ines *et al.* *Ensaaios de micro-história: trajetória e imigração*. São Leopoldo: Oikos: Editora Unisinos, 2016. p. 86-113.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 202.